

DESIGUALDADES REGIONAIS NO RIO GRANDE DO SUL: UMA ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO¹

Daniel Arruda Coronel²
Fabiano Dutra Alves³
Fabrício Jose Missio⁴
Roberto da Luz Junior⁵

RESUMO:

A economia gaúcha vem demonstrando uma grande discrepância regional tanto em termos sociais como em termos econômicos. Nesse contexto, o presente trabalho visa a partir de uma abordagem da educação realizar alguns indicativos em torno deste aspecto, comparando as mesorregiões Metade Sul e Metade Norte. Para tanto é realizado num primeiro momento, um *survey* sobre as teorias de capital humano apontando os principais pressupostos de autores como Schultz (1973), Romer (1986) e Lucas (1988). Em um segundo momento é caracterizado a educação no estado do Rio Grande do Sul, levando em conta variáveis quantitativas como despesas na educação, matrículas, salários de docentes, número de estabelecimentos de ensino, etc. Os principais resultados obtidos, constata-se que existe um custo para formar capital humano bem menor na Metade Norte. Verifica-se ainda que a Metade Sul apresenta, um custo bem maior em termos relativos, para manter um profissional da educação bem como possibilitar as condições mínimas de estudo para a sua população.

Palavras chaves: Desigualdades regionais, Educação, Metade Sul

Área temática: Estudos teóricos em economia regional

1. INTRODUÇÃO

Na atualidade muito se discute acerca do verdadeiro papel do sistema educacional como instrumento para melhorar a distribuição de renda e da riqueza. Porém, o tardio estabelecimento da vinculação entre a educação e o processo produtivo é perfeitamente compreensível, considerando as relações sociais próprias das sociedades antiga e medieval. Através da fase inicial do capitalismo o mercado assume valor quase absoluto, baseado em idéias, teorias, símbolos e instituições, entre as quais se destaca a escola, como espaço de produção e reprodução de conhecimentos, atitudes e teorias que justificam o novo modo de produção. Continuamente tem-se presenciado uma série de mudanças que por motivos macroeconômicos e do processo de abertura mundial, acabam ocasionando um impacto no curso normal das economias mundiais. Em meio a todas estas transformações, o ser humano passa a ser o centro das atenções como principal ativo responsável pelo aumento da qualidade

¹ Artigo elaborado a partir de pesquisa realizada no IPDR da UFSM,

² Mestrando em agronegócio pela UFRGS, bolsista do CNPQ danielcoronel@maiiil.ufsm.br

³ Mestre em integração latino-americana pela UFSM, professor da UEMS, pesquisador do CNPQ. fabianofda@uems.br

⁴ Especialista em estatística, mestrando em desenvolvimento econômico pela UFPR, professor da UEMS. fabriciomissio@gmail.com.

⁵ Mestre pela USP, professor da UFSM, coordenador do IPDR da UFSM. roberluz@ccsh.ufsm.br

de seus produtos e serviços⁶. Pouco adianta o investimento em tecnologias de última geração ou inovação nas metodologias de trabalho se o principal, as pessoas, não estiverem preparadas para exercer suas funções com eficiência. Nesse sentido o Estado apresenta-se como grande articulador deste processo, seja na capacidade de financiamento, no incentivo a novos investimentos e manutenção e contratação de pessoal capacitado e cada vez mais qualificado para as funções de ensino.

Ainda dentro desta abordagem, embora simplista mas sobretudo verdadeira, este estudo visa identificar as despesas estaduais com o setor de educação , tanto em termos gerais como em termos mesorregionais, identificando os gastos nas variáveis que envolvem a educação.

A partir de um recorte regional, que toma por base a subdivisão do Rio Grande do Sul em duas grandes regiões, uma Metade Norte, mais dinâmica e a Metade Sul, região de menor dinamismo econômico. Neste contexto, nota-se que a história econômica do Rio Grande do Sul, do ponto de vista das disparidades regionais, apresenta uma situação ímpar no Estado, onde as estruturas produtivas e os processos de desenvolvimento econômico se demonstraram totalmente díspares. Esta escolha, entre as duas grandes regiões do estado do Rio Grande do Sul, onde uma é mais desenvolvida que a outra, tem a finalidade de comprovar a evidência empírica de que há diferença na contribuição da educação para o aumento da produtividade em decorrência de diferentes graus de desenvolvimento. Nesta perspectiva Myint *apud* Ilha (1988) menciona que nas regiões mais desenvolvidas a educação tem uma maior participação no processo de crescimento econômico. O que não se verifica, na mesma magnitude, nas regiões menos desenvolvidas

No que se refere à metodologia do trabalho, para demonstrar a relação existente entre educação, desenvolvimento e gastos públicos no Estado do Rio Grande do Sul, realizou-se um estudo exploratório, utilizando o ferramental estatístico para auferir os resultados que irão corroborar ou rejeitar a hipótese de que o papel da educação é fundamental para que estas desigualdades regionais possam ser no mínimo amenizadas no Estado.

⁶ Para maiores informações sobre capital humano, sobretudo modelo de Solow com capital humano e modelo de Romer, ver Jones (2000).

2. O PARADIGMA DA EDUCAÇÃO

Para começar este ensaio sobre a educação, torna-se interessante ter-se em mente uma breve contextualização do que é a educação e como ela esta concebida neste estudo.

Utilizando as palavras Schultz (1973, p. 18):

Educar significa, etimologicamente, revelar ou extrair de uma pessoa algo potencial e latente; significa aperfeiçoar uma pessoa, moral e mentalmente, de maneira a torná-la suscetível de escolhas individuais e sociais, e capaz de agir em consonância; significa prepará-la para uma profissão, por meio de instrução sistemática; e, por fim, significa exercitar, disciplinar ou formar habilidades, como, por exemplo, aperfeiçoar o gosto de uma pessoa. A ação ou processo de atingir um ou mais destes objetivos é, em primeira aproximação, o que se pode entender por educação.

Ainda nesta perspectiva Schultz (1973) entende que a convivência com o excesso de informações e as sensações impostas pelo mundo atual não nos deixa outra alternativa que não a de desenvolver essa habilidade de "aprender a aprender". Aprendizado este que é obtido através da educação.

Com base nestas idéias os clássicos, já aplicavam o conhecimento ao estudo do trabalho, buscando parceria entre o capital e o trabalho, enfatizando o treinamento e a aquisição de habilidades com a divisão do trabalho como forma de obter maior produtividade, elevando os lucros e como consequência, melhores salários para o trabalhador.

Hoje o conhecimento é o principal recurso do indivíduo e das empresas. Mas para isso a educação e a busca do autoconhecimento deverá ser permanente. Conforme descreve Malthus (1996, p. 373):

A obscuridade que envolve todos os assuntos metafísicos me parece, da mesma maneira, especialmente preparada para colaborar com os estímulos que surgem da sede de saber. É provável que o homem, enquanto vive na terra, nunca será capaz de atingir a completa satisfação quanto a esses assuntos; mas isto de modo algum é razão para não se dedicar a eles. A obscuridade que envolve esses temas interessantes da curiosidade humana pode estar destinada a fornecer permanentes estímulos para a atividade e o esforço intelectual.

Paralelamente, o fascínio pela possibilidade de melhor qualificação do trabalho e do trabalhador, embutida no conjunto das transformações econômicas e tecnológicas da contemporaneidade, favoreceu a revitalização da perspectiva economicista de educação. Nesse sentido, as aquisições de educação e experiência no trabalho, na Teoria do Capital Humano, são consideradas investimentos em recursos humanos, sendo um fator essencial ao processo produtivo e fundamental para o crescimento e o desenvolvimento econômico.

Ao adquirir conhecimento, portanto, além do ganho de renda individual, serão geradas externalidades, no sentido de que haverá uma maior contribuição para a aquisição e a transmissão de conhecimento.

Pode-se confirmar esta tendência na interpretação de Romer (1986), de que os investimentos em conhecimentos geram externalidades: “(...) o conhecimento aparece como um fator de produção, como o capital e o trabalho. E as sociedades precisam investir na obtenção de novos conhecimentos, como investem em capital fixo e na educação dos trabalhadores” (Romer *apud* Souza, 1996, p. 297).

Na mesma linha, Dornbusch e Fischer (1992, p. 282) afirmam que a qualidade do fator humano é um elemento decisivo e crucial:

O trabalhador médio em países industrializados é muito mais produtivo do que o trabalhador médio em países em desenvolvimento. Em parte isto se explica porque este trabalhada com mais capital fixo. Mas também se explica pelo fato dele estar mais longe da educação e do treinamento. (...) O crescimento está limitado ao tempo em que os fatores de produção levam para se acumularem; a educação é fator de crescimento mais lento, mas também é o mais poderoso.

Nesta perspectiva, a educação passa a ser entendida como um investimento, na medida em que a sua acumulação permite ao trabalhador aumentar a sua capacidade produtiva, maximizando, dessa forma, os seus rendimentos ao longo de sua vida de trabalho.

A aquisição desse investimento pela pessoa, é chamada de capital humano, que explica os rendimentos em função das competências mobilizadas nos empregos e adquiridas quer na escola, quer na sua ocupação. O ponto central desse raciocínio é o de que existe, no momento presente, um sacrifício quando o trabalhador decide abdicar de rendimento ou de consumo no presente, para poder usufruir maiores níveis de rendimento ou de consumo no futuro. É isto que define um investimento em capital humano.

A importância atribuída à educação e ao aparecimento do trabalhador, assim como os gastos necessários para o incremento em sua capacidade. Comparada ao capital físico na Teoria da Firma a Teoria do Capital Humano considera os indivíduos como investidores na sua educação, o que envolve certo custo e perda de renda enquanto estiverem adquirindo educação, a fim de alcançar rendas mais altas no futuro (Marx, 1982). Isto é o que o mercado atual chama de investimento a longo prazo, e fundamentalmente o investimento em pesquisa e desenvolvimento.

A importância da educação no que tange ao crescimento e principalmente do ponto de vista do desenvolvimento, também tem sido reconhecida por muitos autores, esta educação é um forte vetor que determina o avanço tecnológico.

Nesse sentido historiadores sustentam que a educação pública das primeiras épocas dos EUA, contribuíram para iniciar sua era de hegemonia econômica⁷ (Bailey & Eicher, 2002, p. 2).

Do ponto de vista da análise marginalista o fator capital é em si mesmo o produto do trabalho ou da mão-de-obra. Assim como, apresenta a habilidade e o conhecimento como determinantes da produtividade e do valor econômico da educação.

Nesse sentido tem-se que:

Uma coisa ainda não bem compreendida e reconhecida é o valor econômico da difusão geral da cultura e da instrução entre a população. O número de pessoas preparadas para dirigir e supervisionar qualquer empresa industrial, ou mesmo para executar qualquer processo praticamente irreduzível à memória ou rotina, está quase sempre muito aquém da demanda, como o evidencia a enorme diferença entre os salários pagos à mão-de-obra comum (Mill, 1996, p. 103).

A evidência da educação e suas influências na tecnologia apresentam várias evidências empíricas conforme apontam Mowery & Rosemberg (1989), Denison (1985), Benhabib & Spiegel (1992), Mankyn, Romer, Weil (1992)⁸.

Assim pode se dizer que o sistema educacional, associado a P & D, dentre outras variáveis é uma condição ímpar para o crescimento e, sobretudo, para níveis maiores de bem estar e desenvolvimento econômico.

3. A EDUCAÇÃO NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

Nesse tópico é realizado uma relação entre a educação e o desenvolvimento econômico, para tanto aborda-se a Teoria do Capital Humano, que assumiu relevo a partir do início da década de 60 com autores como Gary Becker, Jacob Mincer e Theodor Schultz.

Esses autores reformularam o modelo neoclássico puro⁹, que foi questionado por se mostrar insuficiente para explicar o funcionamento do mercado de trabalho, particularmente no que se refere à persistência das disparidades na distribuição dos rendimentos do trabalho, ao fenômeno da pobreza, ao elevado nível de desemprego e às imperfeições que caracterizam aquele mercado. Com base neste contexto a teoria centrou sua atenção no poder explicativo das variáveis escolaridade e experiência no

⁷ Bailey e Eicher, ainda sustentam que o êxito japonês e alemão nos mercados de exportação, se devem a sua aparente superioridade nos sistemas educativos.

⁸ Para maiores detalhes sobre a visão destes autores a respeito da educação e tecnologia ver Bailey & Eicher, 2002.

⁹ Este pressuposto filosófico de Estado liberal é uma doutrina do Estado limitado, tanto com respeito a seus poderes quanto a suas funções, contrapondo-se ao chamado Estado absoluto e também ao Estado Social. Por fim um Estado liberal não é necessariamente democrático. (Marqueti et al, 2002)

trabalho como forma de determinar os níveis de rendimentos individuais. O valor obtido pelo trabalhador através da aquisição do conhecimento é descrito por Schultz (1973, p. 35) como sendo a forma do trabalhador transformar-se em capitalista, não pela propriedade de capital, mas pela capacidade e conhecimento que geram valor econômico.

Sob estas constantes afirmações de que vivemos hoje uma sociedade do conhecimento, reafirma-se, mais uma vez, o papel redentor da educação, numa versão atualizada da teoria do capital humano. No entendimento de Schultz (1973, p. 35) “A característica mais assinalada do nosso sistema econômico é o crescimento que se observa no campo do capital humano. Sem este haveria apenas o trabalho rude, manual e a pobreza, à exceção daqueles que teriam renda advinda da propriedade”. Também teve, em grande medida, papel de destaque trabalhos teóricos ocorridos em meados dos anos 80. Romer (1986) e Lucas (1988) reacenderam o debate na macroeconomia do crescimento econômico ao desenvolverem os chamados modelos de crescimento endógeno¹⁰.

Conforme Romer (1986) e Lucas (1988) o crescimento da renda *per capita* é explicada internamente ao modelo com a eliminação dos retornos marginais decrescentes ao capital. Lucas chamou a atenção para o capital humano, a educação e o *learning by doing* como os principais fatores de acumulação de capital. Romer chamou a atenção para o papel das idéias e da tecnologia no crescimento econômico. Em seu trabalho de 1990, Romer mostra que a educação também desempenha um papel importante, pois qualifica os indivíduos a trabalharem na pesquisa e desenvolvimento de novos produtos¹¹. Por isso o conhecimento é considerado a verdadeira vantagem competitiva na atualidade.

No entendimento de Marshall *apud* Schultz (1973, p. 8) “O conhecimento é nosso motor mais poderoso de produção”. Hoje, uma das tendências mais previsíveis no mundo contemporâneo é o emergir do trabalhador do conhecimento, o qual cada vez mais será referenciado pelo conhecimento que possuir, pela sua capacidade de conferir mobilidade aos recursos, de levar o saber consigo por onde for. Desta maneira o estudo procura verificar se as disparidades sócio econômicas entre Metade Sul e da Metade Norte, sofrem influências da variável educação como demonstra a teoria macroeconômica abordada acima. A título de comparação no Anexo A tem-se a média de anos de estudo entre as \metade Sul e Metade Norte, bem como a média de anos de estudo entre os coredes.

¹⁰ Para maiores informações sobre crescimento endógeno ver Jones (2000) e Clemente e Higachi (2000).

¹¹ Idéias extraídas dos artigos da mesa 4 do 1º Encontro de Economia gaúcha.

4. A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DO RIO GRANDE DO SUL

Com o intuito de facilitar o levantamento dos dados numa primeira análise, utilizaram-se as informações condensadas pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento – Coredes, criados com a finalidade de aproximar as regiões e com isso homogeneizar as políticas até então realizadas no Estado. Quanto aos Coredes estes são instituições independentes, organizadas regionalmente, criados com a finalidade de promover a descentralização política através da manutenção de um espaço de participação da comunidade regional, aumentando sobremaneira a integração regional. Nesse sentido, os Coredes vieram a tornar-se uma ferramenta para o desenvolvimento regional, logo após, a criação dos Coredes ficou mais fácil identificar e analisar as regiões com menor dinamismo no Estado.

Os principais objetivos para que os Coredes alcancem a harmonia regional e principalmente constituam-se como órgãos regionais são:

a) estimular a ação organizada da sociedade na busca do desenvolvimento e orientar e respaldar as políticas públicas para a região, e;

b) representar uma instancia de regionalização do orçamento do Estado, dirigindo recursos às demandas verificadas localmente.

Nesta perspectiva os Coredes, poderiam viabilizar a mobilização social exigida para a realização das reformas estruturais, propiciando inclusive uma estrutura que fornecesse um instrumento público de estímulo à participação cívica nas comunidades regionais, bem como possibilitariam uma coordenação não só do Estado nas políticas educacionais – dividindo assim metas para a alavancagem do ensino.

Por este prisma do desenvolvimento regional, entende-se que:

Ao se trabalhar com áreas menores torna-se mais fácil efetuar um diagnóstico detalhado dos problemas que afeta cada região. Além disso, a adequação da divisão territorial é extremamente importante quando se tem em vista a necessidade de articular ações com instâncias sub - nacionais do governo, e de promover uma maior participação dos segmentos organizados da sociedade civil nos programas de desenvolvimento. (Bandeira, 2000, p. 21).

Uma das principais dificuldades a serem enfrentadas ao se buscar promover a participação e articulação dos mais variados segmentos que fazem parte do contexto das desigualdades na Metade Sul, junto aos Coredes, é o fato de que muitos órgãos, instituições, fundações, ou seja, a sociedade civil em geral não percebia sua área de atuação dentro da região. Quase sempre as iniciativas que foram realizadas raramente alcançaram resultados duradouros, desta maneira a segmentação da região em 22

Coredes, facilitou a divisão Macrorregional e sub-regional, sendo que posteriormente possibilitou delimitar a Mesorregião Metade Sul com suas especificidade que lhe são particulares.

Como o objetivo deste trabalho calca-se numa visão da educação e seu viés no comportamento do desenvolvimento das regiões, tem-se a seguir uma representação dos principais indicadores educacionais da Metade Sul e seus respectivos Coredes.

Como primeiro passo tem-se um apanhado do número de estabelecimentos de Ensino da Metade Norte e Metade Sul conforme demonstra-se nas Tabelas 1 e 2.

Tabela 1: Número de Estabelecimentos de ensino da Metade Norte do RS, no período de 1996 a 2000.

COREDES DA METADE NORTE	1996	1997	1998	1999	2000
ALTO JACUÍ	310	285	259	268	268
FRONTEIRA NOROESTE	411	397	356	360	354
HORTÊNSIAS	195	207	202	199	195
MÉDIO ALTO URUGUAI	460	442	398	384	377
METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	859	848	853	935	1.133
MISSÕES	515	450	413	409	406
NORDESTE	489	426	355	330	304
NOROESTE COLONIAL	649	604	563	571	571
NORTE	426	403	366	352	341
PARANHANA-ENCOSTA DA SERRA	242	249	233	236	234
PRODUÇÃO	618	581	530	530	524
SERRA	826	793	746	755	720
VALE DO CAÍ	231	231	226	235	235
VALE DO RIO DOS SINOS	495	510	531	609	609
VALE DO TAQUARI	683	650	575	560	573
TOTAL	7.409	7.076	6.606	6.733	6.844

Fonte: Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul, v. 31, Porto Alegre, 2001.

Tabela 2: Número de Estabelecimentos de ensino da Metade Sul do RS, no período de 1996 a 2000.

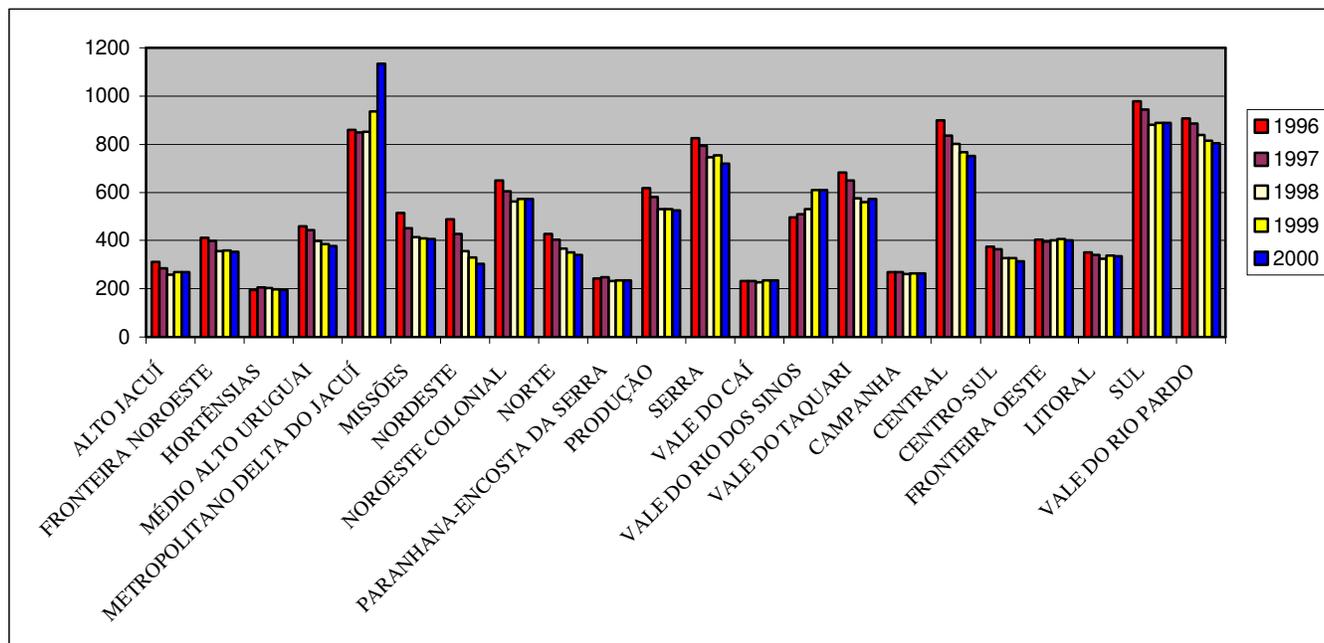
COREDES DA METADE SUL	1996	1997	1998	1999	2000
CAMPANHA	269	269	262	265	265
CENTRAL	900	837	801	768	751
CENTRO-SUL	375	365	328	327	314
FRONTEIRA OESTE	404	396	400	405	402
LITORAL	351	341	324	337	336
SUL	979	944	880	889	888
VALE DO RIO PARDO	906	887	840	814	805
TOTAL	4.184	4.039	3.835	3.805	3.761

Fonte: Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul, v. 31, Porto Alegre, 2001.

Fazendo um contraponto entre a Tabela 1 e a Tabela 2, verifica-se que a análise destes dados coloca que em termos absolutos na Metade Norte o Corede Metropolitano Delta do JacuÍ, Vale do Cai e Vale do rio dos Sinos foram os únicos a apresentar um aumento no número de estabelecimentos de

ensino. Por outro lado na Metade Sul todos os Coredes tiveram uma redução do número de estabelecimentos. Para melhor destacar esta evolução do número de estabelecimentos é demonstrado no Gráfico 1 todos os Coredes agrupados e comparados como um todo no âmbito do Estado.

Gráfico 1- Número de estabelecimentos de ensino no período de 1996-2000 por Coredes.



Fonte: dados compilados a partir das tabelas 1 e 2.

A análise do gráfico demonstra que apenas o Corede metropolitano teve um grande incremento no número de estabelecimentos, seguido do Vale do Rio dos Sinos que saltou de 495 para 609 estabelecimentos de ensino, mas no ano de 2000 este número manteve-se para o Corede. Já o Vale do Caí manteve o mesmo padrão com uma mínima diferença de 4 estabelecimentos, para mais, levando em conta o período abordado, nesta mesma situação aparece a região das Hortênsias que varia de um número de 195 estabelecimentos de ensino em 1996, passa para 207 em 1997, torna a decrescer para 202 em 1998, decrescendo mais ainda em 1999 caindo para 199 estabelecimentos e finalmente em 2000 retorna para 195 estabelecimentos de ensino.

Ao levar em consideração apenas as contas estaduais, nota-se que do ponto de vista da administração direta o setor educacional no Rio Grande do Sul teve uma participação de 21,04 pontos percentuais dos gastos públicos em termos de despesas do governo no período de 2000.

No bojo do estado a função educação a partir de 1996 tem apresentado um acréscimo em termos absolutos, com exceção de 1999. No que diz respeito à participação nas despesas do Estado apenas no período de 1999 a 2000 os patamares de dez pontos foram ultrapassados, fato que não era visto em anos anteriores.

Par um detalhamento da função educação no Estado é demonstrado na Tabela 3 alguns indicadores das suas despesas.

Tabela 3 – Despesas do setor de Educação no RS para o período de 1996-2000.

Ano	Despesas	▲ % Anual	Part. % Despesa total
1996	1.164.691	-	10,5
1997	1.183.626	1,63	9,8
1998	1.379.383	16,54	9,0
1999	1.251.266	-9,29	13,6
2000	1.976.598	57,97	21,0

Fonte: Secretaria da Fazenda e TCE/RS (2002).

Para ter uma melhor leitura do setor educacional, são elencadas abaixo as atividades que tiveram uma maior representatividade no setor:

- a) manutenção e qualificação do ensino fundamental, a despesa realizada foi no montante de 811.507mil reais representa em termos gerais 41,06% do total da despesa educacional do Estado;
- b) pagamento de encargos com inativos da Secretaria da Educação, participa com 34,4% da despesa;
- c) contribuição aso municípios – FUNDEF- salário educação, apresenta uma participação na ordem de 7,91% do total;
- d) manutenção e qualificação do ensino médio, aqui a despesa realizada representou 7,21% e apresentou uma dotação de 142.593 mil Reais, o que foi dado como um valor4,9% menor do que a dotação prevista, significando um menor investimento nesta área do ensino;
- e) com relação ao vale refeição a participação foi de 3,7% do total dos gastos, enquanto que na administração do sistema educacional houve um corte no montante de 5,15% , ou seja, em termos gerais a participação deste setor ficou com apenas 3% dos gastos da educação¹².

Estas foram, as principais representatividades dos gastos estaduais no montante da educação, já em nível de elementos, os maiores dispêndios concentram-se da seguinte maneira:

¹² Todos estes dados sobre as despesas da educação em nível estadual estão disponíveis no (TCE/RS, 2001, p. 150-158).

Quadro 1- Dispêndios dos principais elementos da educação em 2000.

Elementos	% das Despesas
Gastos com pessoal	39,7%
Gastos com inativos	34,4%
Transferências a municípios	9,3%
Exercício anterior com pessoal	4,9%
Outros serviços e encargos	4,5%

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Do ponto de vista da despesa orçamentaria do Estado pode-se notar que o setor da educação é o que mais tem perdido na alocação dos recursos do governo.

Conforme Brunet e Calazans (2002) Os gastos em educação foram os que mais perderam participação relativa do bolo orçamentário.

A este respeito cabe destacar que o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul em obediência a lei complementar 101 de 04 de maio de 2002, ou seja, a lei de responsabilidade fiscal, passou a disciplinar os limites da despesa com pessoal em relação a receita corrente líquida na forma do Art. 169 da Constituição Federal (TCE, 2000).

Mesmo com todas estas restrições no ano de 2001 o Estado desembolsou 1.976.598 mil reais, quando que a dotação prevista estava na casa de 1.869.556 mil reais, o que vem a demonstrar um gasto no setor da educação em torno de 5,7% a mais do previsto, conforme indica o diário Oficial do Rio Grande do Sul.

Para entender os vetores de distribuição dos gastos do governo e suas alocações no comportamento dos setores, tem-se a Tabela 4 que demonstra as despesas do governo abordando os principais setores do Estado e indicando a variação relativa entre os períodos de 75-78 e 95-98, em um paradoxo que indica que no período de 20 anos alguns setores foram mais beneficiados em detrimento de outros, logicamente seguindo os planos de desenvolvimento que são implementados ao longo dos governos que se sucedem.

Tabela 4 – Despesa Orçamentária do Governo Estadual com relação aos principais setores no período de 1975-78 e 1995-98.

Setores	Part. Perc. (75-78)	Part. Perc. (95-98)	Variação relativa (95-98/75-78)
Educação	25,1%	13,9%	-11,2%
Energia	3,7%	0,2%	-3,5%
Transporte	8,1%	6,0%	-2,1%

Continuação

Administração e Planejamento	8,9%	7,2%	-1,8%
Segurança	9,5%	7,9%	-1,6%
Assistência e Previdência	12,5%	26,6%	14,1%
Judiciário/ legislativo	4,2%	9,5%	5,3%
Desenv. Regional	15,5%	18,6%	3,0%

Fonte: Balanço Geral do Estado, TCE (2002)

Tendo estes dois períodos como medida, nota-se que a participação relativa média que no primeiro período era de 25,1% para a educação sofre um declínio e chega a patamares inferiores a 14% do total das despesas do estado, apresentando uma perda relativa de menos 11,2 pontos percentuais, no decorrer destes mais de 20 anos.

Para Calazans (2002, p. 2) “Em termos do Pib estadual a participação era de 2,0% em 1975 contra 1,4% para 1998, acusando queda de 0,6 pontos percentuais.

Em contra partida Assistência e previdência , judiciário e legislativo e o setor de desenvolvimento regional, tiveram uma ampliação dos gastos com um ganho relativo de 14,1%, 5,3%, e 3% respectivamente. Estes dados vêm, de encontro com os novos rumos das políticas que estão sendo implementadas e que por seguinte passam a desenvolver ou a incentivar outras áreas que agora passam a ter a sua disposição mais e mais fatias dos gastos governamentais.

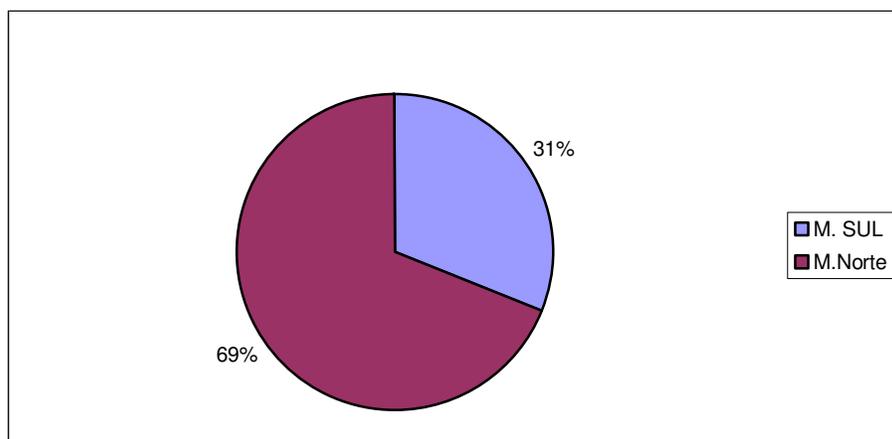
4.1 O aprofundamento da Disparidade Com Relação as Variáveis Educacionais

Como ponto de partida para a visualização de tais variáveis, o estudo tem como base de dados o Anuário Estatístico do RS e da Secretaria da Educação.

É importante salientar que a Secretaria da Educação é o órgão responsável por mais de 99% das despesas realizadas pelo setor da educação, ficando pouco menos de 1% para o conselho estadual de educação. Com relação ao número de matrículas tem-se um predomínio em termos absolutos e relativos da Metade Norte sobre a Metade Sul, conforme pode ser visualizado no Gráfico 2.

Antes de visualizar as duas metades no Gráfico 2, destaca-se que o número de matrículas engloba o ensino fundamental, ensino médio, ensino profissional, o ensino de jovens adultos (programa do governo) e ensino especial (programa do governo).

Gráfico 2 – Número de matrículas escolares para as Metades Norte e Sul do RS no ano de 2000.



Fonte: dados do autor com base no Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul, e IBGE

O Gráfico 2 demonstra que a Metade Norte contribui com um pouco mais que o dobro de matrículas da Metade Sul, isso pode ser explicado pela população mais concentrada naquela região bem como pelo número total de habitantes que é bem superior, embora a em termos de extensão territorial a região seja menor.

Esse número maior de matrículas de certa forma pode explicar o maior número de estabelecimentos de ensino bem como o maior número de regentes¹³ na metade Norte.

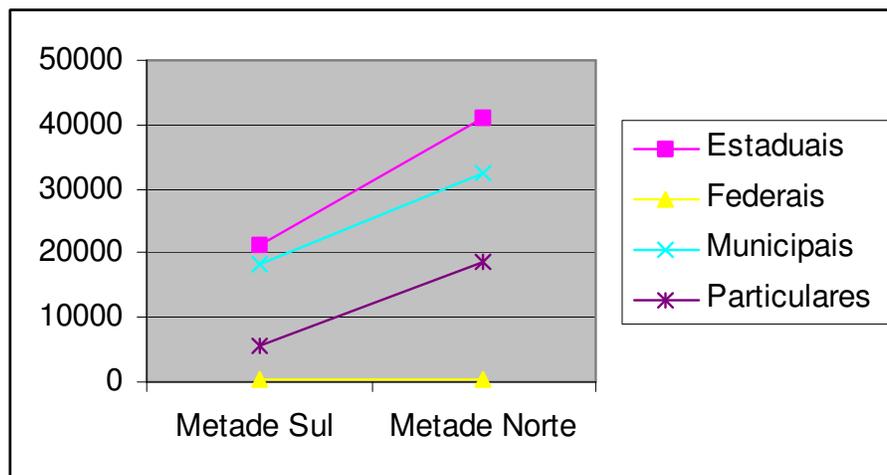
Ainda com relação ao gráfico 2 o total de matrículas da Metade Norte chega a 1.774.301, enquanto que a Metade Sul apresenta 802.572 mil matrículas no âmbito do Estado.

Para não ficar apenas com este comparativo simplista e pautado nestes valores absolutos, será verificado os gastos do governo com o funcionalismo estadual (professores) a partir dos salários pagos, como este dado não se encontra disponível foi utilizado uma *próxi* que é o salário médio dos professores, para assim poder relacionar os gastos entre Metade Sul e Metade Norte.

Porém é utiliza-se uma análise do número de regentes no ano de 1999 e 2000, onde a Metade Sul no período de 1999 tinha 21.722 professores estaduais, sendo que o total de professores, incluindo aí professores municipais, federais e particulares chega a 45.583 profissionais, já a Metade Norte apresenta um número de professores estaduais na ordem de 41.947 para o mesmo período e no seu total de regentes chega a 90.226.

¹³ Entenda-se regentes como Professores (termo retirado da secretaria da educação).

Gráfico 3 – Número de professores na Metade Sul e Metade Norte no ano de 2000.



Fonte: Dados do Anuário Estatístico do RS 2001,

Para o ano de 2000 o Gráfico 3 demonstra o número de professores nas escolas estaduais, municipais, federais bem como os professores de escolas particulares. Ao analisar o gráfico 3 tem-se que a Metade Sul apresenta 21.384 professores estaduais, que se for comparado ao número de professores estaduais da Metade Norte(40.988) representa um pouco mais da metade da região.

Se for levado em conta o número de professores municipais e particulares as disparidades ainda se sustentam, apresentando respectivamente 18.201 e 5.476 professores na Metade Sul, Os números absolutos tornam-se cada vez mais díspares ao verificar que a Metade Norte apresenta para os mesmos segmentos 32.481 e 18.479 professores.

Apenas o número de professores federais demonstra um certo equilíbrio em números brutos pois a parte Sul tem 261 professores, ficando com apenas 5 de desvantagem para a parte Norte.

Mas como números absolutos não podem refletir a verdadeira realidade das regiões é utilizado o salário médio dos professores Estaduais e multiplicado pelo número de regentes de cada região e após é realizado sua relação com o número de habitantes e com o PIB e PIB per capita destas populações.

Assim, conforme indica Barros & Mendonça (1997, p. 35).

O impacto de uma dada expansão educacional sobre o nível de um indicador socioeconômico no futuro pode ser decomposto em duas parcelas. A primeira é o impacto da expansão educacional que opera sobre o crescimento da renda *per capita*, o chamado impacto indireto. Assim, uma expansão educacional hoje leva a um crescimento na renda *per capita* e este, por exemplo, a uma redução na taxa de mortalidade. A segunda é o que ocorreria mesmo na ausência de impactos da expansão educacional sobre o crescimento da renda *per capita*, o chamado impacto direto.

Para uma verificação deste impacto nas metades do Rio Grande do Sul é apresentado a tabela 5 para uma forma de comparação entre as regiões.

Tabela 5 - Indicadores das Metade sul e Metade Norte no ano de 2000

Metades	Sal. Médio (prof.)	População	Nº Professores (est.)	Despesa Prof.
Metade Sul	R\$ 252,00	3.169.382	21.722	5.473.944
Metade Norte	R\$ 252,00	7.012.367	41.946	10.570.392

Fonte: Diário Oficial, Secretaria da Fazenda, Anuário Est. do RS 2002, TCE (2002).

Antes de fazer esta análise deve-se ressaltar que o salário médio dos professores é uma média estadual e agrega todas as categorias de professores estaduais do magistério do antigo 1º e 2º graus, ou como é determinado hoje ensino fundamental e médio.

Com base nestes indicadores já destacados, tem-se um instrumental para analisar o quanto é gasto em termos relativos no setor da educação para cada habitante.

Na relação prof./pop. → Foi constatado que existe um professor para cada 146 habitantes, ou seja, em termos percentuais fazendo a relação inversa existe 0,69 professores por habitante na Metade Sul. Para a Metade Norte existe 167 habitantes para um professor ou 0,60 professores por habitante. Na Metade Sul um professor custa 1,73 centavos por habitante e na Metade Norte um professor custa 1,50 para cada habitante.

Assim pode-se perceber que por existir mais habitantes por professor o custo para a sociedade da região Norte é 23 centavos menor do que o custo na Metade Sul onde existe 167 hab./professor. Isto demonstra que pelo menos o custo para a formação do capital humano no nível do magistério estadual é bem mais em conta na Metade Norte. Na tabela 6- é realizada uma abordagem na ótica do Pib destas regiões e a influência dos gastos da educação nesta variável.

Tabela 6- Gastos com professores e influência no renda da Metade Sul e Metade Norte

Metades	Pib (mil)	Pib per capita	Desp. Prof.% Pib	Desp. Per capita
Metade Sul	19.543.205	6.318	0,28%	1,73
Metade Norte	55.123.259	7.322	0,19%	1,50

Fonte : Diário Oficial, FEE, Anuário Estatístico do RS 2001.

Através da Tabela 6 percebe-se que em termos relativos a Metade Norte além de deter maior renda também gasta menos para obter a educação pois apenas 0,19% do seu PIB é gasto para as despesas com professores, na Metade Sul 0,28% do PIB é gasto nas despesas dos salários dos professores. Isso corresponde a um gasto maior na parte Sul para manter os níveis de educação do ponto de vista dos salários dos professores. Neste sentido ainda deve-se levar em conta que cada habitante da Metade Sul tem um custo de 1,73 R\$ enquanto a o custo para os habitantes da Metade Norte é de 1,50 R\$ pelo mesmo serviço. Estes dados das despesas do governo com educação e suas

correlações com a população e sua renda, podem explicar até certo ponto o motivo da grande diferença entre as duas regiões do Rio Grande do Sul e seus processos de desenvolvimento cada vez mais paradoxais.

A este respeito Bailey & Eicher (2002), afirmam que em um nível, parece óbvia a importância da educação para o crescimento econômico, porém restam muitas questões: “quanto é necessário à educação, quem deve recebê-la, quem deve ministrá-la, como se deve organizar a sua transmissão, quem deve pagar quem será beneficiado e em que se relaciona a educação com outros tipos de política econômica e social?” Estes autores ainda colocam que em outros tempos era difícil responder a essas perguntas, porque os analistas tinham dificuldade em explicar por que e como a educação se relaciona com o crescimento e a competitividade. Porém, a última década viu registrarem-se novos avanços na pesquisa teórica e empírica sobre educação e crescimento.

Conforme Barros e Mendonça (1997), uma das dificuldades em se avaliarem os impactos de investimentos em educação advém do fato de que estes não apenas influenciam as condições de vida daqueles que se educam, mas também geram uma série de externalidades sobre o bem-estar daqueles que os rodeiam.

Além disso, os efeitos destes investimentos são não só variados, como possuem várias dimensões. Por um lado, podem ser concretizados via melhoria na qualidade ou na quantidade da educação. Por outro, podem-se diferenciar os investimentos em educação de acordo com o nível em que ocorrem, podendo estar relacionados a uma melhoria na educação fundamental, secundária, superior ou técnica.

CONCLUSÃO

Como principais indicações o estudo pode constatar que a Metade Norte por ter uma população mais concentrada e em número muito superior apresenta elementos educacionais muito superiores¹⁴, todos estes indicadores associados a sua maior renda per capita permitem deduzir que a educação tem um reflexo na qualidade devida desta região, sobretudo quando analisado os gastos com os professores estaduais, onde por possuir uma população maior por regentes de classe, apresenta um custo muito menor por habitante e se for levado em conta a parcela do PIB que é utilizada para esta despesa a região desfruta de uma vantagem de 0,19% contra 0,28% de despesa na Metade Sul.

¹⁴ Instalações, professores, e sobremaneira capital humano que são os alunos matriculados.

Deve-se levar em conta que a racionalidade para os investimentos em capital educacional são os impactos que incrementos no capital educacional têm sobre os diversos aspectos do desenvolvimento socioeconômico das regiões, esses impactos, juntamente com os custos desse investimento, definem a sua taxa de retorno e, portanto, se existe sub ou sobreinvestimento deste tipo de capital. Em outra medida por possuir setores considerados tradicionais no desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul, e por isso mesmo apresentar uma população menor que a parte Norte os gastos com professores estaduais são em números absolutos bem inferiores. Contudo realizando uma análise relativizada constata-se que a região esta pagando mais pelo mesmo ensino estadual, mas que por outro lado existe em termos percentuais, mais professores por habitante o que pode ser considerado uma vantagem para a região, mas se este efeito no ensino estadual for igual ao ensino superior a região então não passa a ser uma formadora de capital humano, resta identificar se a região utiliza esta oferta de mão-de-obra ou apenas exporta este capital, ou seja, esta força de trabalho qualificada. Pois conforme apontamos indicadores do trabalho a diferença em termos de regentes nas instituições federais é de apenas cinco para regiões tão diferentes em termos populacionais e de crescimento econômico.

Portanto contata-se que a Metade Sul em termos de ensino fundamental tem um custo de 1,73 Reais enquanto o custo para os habitantes da Metade Norte é de 1,50 Reais pelo mesmo serviço. Estes indicadores comprovam que a formação do CAPITAL HUMANO na Metade Norte é em grande medida menos onerosa. Contudo existe um número maior de habitantes por professores o que em termos relativos sobrecarrega e dificulta a transmissão/passagem do conhecimento. Desta forma, a conclusão fundamental é de que não se pode compreender em abstrato a relação entre educação e crescimento. Educação não é algo que se possa afixar à sociedade e à economia independentemente das condições que a circundam, sendo que para diferentes condições fazem-se necessárias diferentes estratégias educacionais, atreladas as necessidades específicas de cada região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCURSO, Cláudio F.. **Educação, mercado e exclusão social**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br>> acesso em 28 set.2004.

ALONSO, José A. F.; BENETTI, M. D.; BANDEIRA, P. S. **Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul : Causas e Perspectivas**. Porto Alegre: FEE, 1994.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO RIO GRANDE DO SUL 2001. Porto Alegre: FEE, 2001.

- BAILEY, Thomas & EICHER, Theo. Educação, câmbio tecnológico e crescimento econômico. 2002. Disponível em: <<http://www.eclac.cl>> acesso em 20 de out.2004.
- BANDEIRA, Pedro S. **Participação, Articulação de atores Sociais e Desenvolvimento Regional**. Brasília:IPEA, texto para discussão n. 630, 2000.
- BRUNET, Júlio F. Gregory.& CALAZANS, Roberto B. **Para onde vai a educação no RS?**. Disponível em: <<http://www.google.com.br>> acesso em 20 de set.2005.
- CASTRO, Cláudio de Moura. **Desenvolvimento econômico, educação e educabilidade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.
- CLEMENTE, A. & HIGACHI, H. Y. **Economia e desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas. 2000.
- CUNHA, Luis Antônio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.
- DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley. **Introdução à macroeconomia**. São Paulo: Makron Books, 1992.
- FIERGS. **Fiergs propõe choque industrial para a Metade Sul**. Disponível em: <<http://www.fiergs.org.br>>. Acesso em: 16 Fev. 2002.
- GABINETE DA METADE SUL. **Política de desenvolvimento regional**. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br>>. Acesso em: 02 ago 2002.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Desigualdades e políticas regionais no Brasil: caminhos e descaminhos**. Brasília: IPEA, 1997.
- ILHA, Adayr da Silva. **Efeitos da educação na agricultura: evidências para a pequena produção em Minas Gerais**. Viçosa: Tese de Doutorado, 1988.
- JONES, C.I. **Introdução à teoria do Crescimento Econômico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- LUCAS, R. on the mechanics of economic development. **Journal of monetary economics**, N.H, V. 22. 1988.
- KLERING, Luis Roque. **Análise do desempenho econômico dos municípios do RS em 1999**. Revista Análise. v.10, n.2, Porto Alegre: PUC RS, 1999.
- MALTHUS, Robert. **Princípios de economia política – e considerações sobre sua aplicação prática**. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MARQUETI, A. et al. **Evidências Empíricas sobre a relação entre educação e crescimento no RS**. 2002. 1º encontro de economia Gaúcha. Disponível em Cd.
- MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

- MILL, John Stuart. **Princípios de economia política – com algumas de suas aplicações à filosofia social**. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- NÚCLEO DE CONTABILIDADE SOCIAL DA FEE. As contas regionais e o desempenho da economia gaúcha em 1999. **Indicadores FEE**.v.27, n.4, Porto Alegre, 2000.
- RELATÓRIO da comissão especial para o desenvolvimento da Metade Sul. **O que é a Metade Sul e o que fazer para desenvolvê-la**. Corag, Porto Alegre, 1995.
- ROMER, P.M. Increasing returns and long run growth. **Journal of political economy**. V. 94. 1986.
- ROSSI, Wagner Gonçalves. **Capitalismo e educação: contribuição ao estudo crítico da economia da educação capitalista**. São Paulo: Cortes & Moraes, 1978.
- SCHULTZ, Theodore William. **O capital humano: investimentos em educação e pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- _____. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- SECRETARIA DA FAZENDA. Tribunal de Contas do Estado, Porto Alegre:TCE, 2002
- SOUZA, Nali de Jesus de. **Crescimento econômico**. In: _____. Coord. Introdução à Economia. São Paulo: Atlas, 1996.
- SMITH, Adam. **A riqueza das nações – investigação sobre sua natureza e suas causas**. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

ANEXOS

Média de anos de estudo entre as Metades Sul e Norte

CAMPANHA	5,05
CENTRAL	4,41
CENTRO-SUL	3,97
FRONTEIRA OESTE	5,20
LITORAL	4,41
SUL	3,83
VALE DO RIO PARDO	3,80
Metade Sul	4,38
ALTO JACUÍ	4,67
FRONTEIRA NOROESTE	4,69
HORTÊNSIAS	4,44
MÉDIO ALTO URUGUAI	3,81
METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	5,03
MISSÕES	4,14
NORDESTE	4,15
NOROESTE COLONIAL	4,35
NORTE	4,23
PARANHANA-ENCOSTA DA SERRA	4,31
PRODUÇÃO	4,41
SERRA	4,82
VALE DO CAÍ	4,71
VALE DO RIO DOS SINOS	5,13
VALE DO TAQUARI	4,29
Metade Norte	4,48

